

# ADVERSO

Nº 165 - Abril de 2009

Impresso  
Especial

0334/2001-DR/RS  
ADUFRGS

CORREIOS

ISSN 1980315-X



## Adufrgs/Sindical trabalha para resolver impasses

Diretoria incrementa ações em defesa dos direitos de seus associados. A proposta de contratação do plano de saúde foi aprovada em assembleia geral. É uma tentativa para que os decentes não fiquem sem cobertura após o término do atual plano Ufrgs/Unimed.

Além disso, a Assessoria Jurídica contesta cassação da liminar que garantiu o pagamento da URP em fevereiro.

Páginas 14, 15 e 21



# Eleições Adufrgs/Sindical

13 de maio de 2009



Participe dessa  
instância democrática,  
compareça às urnas e  
escolha quem vai  
representar e trabalhar  
pelos professores  
das Ifes de Porto Alegre.

[www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)

 **Adufrgs**  
sindical



Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS  
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188  
[secretaria@adufrgs.org.br](mailto:secretaria@adufrgs.org.br)  
[www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)

#### Diretoria Provisória

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira  
1º vice-presidente: Cláudio Scherer  
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann  
1º secretário: Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira  
2º secretário: Maria Luiza A. Von Holleben  
3º secretário: Mauro Silveira de Castro  
1º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva  
2º tesoureira: Maria da Graça Saraiva Marques  
3º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos

**ADVERSO**

Publicação mensal impressa em  
papel Reciclato 90 gramas

Tiragem: 5.000 exemplares  
Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:

 **VERDEPERTO**  
editora

ISSN 1980315-X



Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)  
Reportagem: Maricélia Pinheiro e  
Naira Hofmeister (RP 13164)  
Ilustrações: Mario Guerreiro  
Projeto Gráfico e Diagramação: Eduardo Furasté  
Imagem da capa extraída de obra  
de Diego Rivera: "Detroit Industry, 1933"

## Chega de confusão

Duas coisas ficaram muito claras na Assembleia Geral (AG) de 1º de abril de 2009. Primeiro, os associados da Adufrgs não querem mais confusão. Segundo, a Adufrgs continua viva. São, portanto, dois dados da realidade atual de nossa entidade, dois sentimentos generalizados e relacionados aos lamentáveis acontecimentos da AG de 3 de dezembro de 2008.

O conjunto de associados quer virar a página, já somos a Adufrgs/Sindical, uma entidade que continua com o mesmo CNPJ, funciona, é operacional, e mostrou isto na última AG. Em todos os momentos da plenária, a maioria dos associados presentes deu andamento pacífico à pauta proposta pela Diretoria. Este dado concreto foi visualizado no maciço movimento de mãos levantadas, apoiando cada ponto de pauta, com poucas abstenções e votos contrários. O conjunto de associados mostrou com isto que, a despeito das interferências e provocações de uma minoria com nítidas motivações políticas, a postura e a gestão da atual Diretoria respondem às principais demandas do conjunto de associados. A Assembleia autorizou o conjunto de ações jurídicas que necessitavam de aprovação e apoiou as iniciativas da Diretoria para um Plano de Saúde dos associados – caso a quinta licitação da Ufrgs não tenha êxito. E se não fossem as interferências desviantes dos mesmos sempre contrários teria conseguido tratar a questão da nova Carreira, grande e inquestionável vitória capitaneada pelo Proifes e em cujo processo a Adufrgs teve papel crucial. Este último item de pauta ficou para uma próxima plenária.

A Adufrgs, portanto, continua muito viva e é preciso dizer isso porque na Assembleia anterior, de 3 de dezembro de 2008, este mesmo pequeno grupo de associados, contrários à postura política da atual Diretoria, sensibilizou e arregimentou outros associados com um embuste: que a Adufrgs estaria sendo extinta naquela data. Se não fosse o caráter pernicioso, a adoção de uma estratégia que veiculou inverdades, poderíamos parabenizar a competência de convencimento deste grupo. Mas sua tática conduziu à produção de uma autêntica farsa, com todas as características que são encontradas neste tipo de pequena peça de teatro cômico, com suas ações burlescas, triviais, ridículas e risíveis.

Uma fala deste grupo na AG de 1º de abril sintetiza as diferenças de pensamento que se encontram em confronto, não somente em Porto Alegre, mas no cenário Brasil. Foi feita a crítica que o modelo da atual Diretoria é o modelo de “compadres”, é o modelo de “conversinhas” em que tudo é resolvido em cochichos com as autoridades da gestão pública. Tratativas que invariavelmente deixariam esta Diretoria comprometida, empenhada não com a perspectiva de sua base de associados, mas com a perspectiva de nossos governantes. Esta fala foi arrematada, dizendo que este modelo não poderia ir longe.

Em resposta a isto duas coisas precisam ser ditas. Primeiro que a atitude da Diretoria da Adufrgs/Sindical, de agir rapidamente em fevereiro, quando a maioria dos docentes estava de férias, impedindo judicialmente a suspensão do pagamento da URP, numa ação movida contra os administradores da Ufrgs, não é, de forma alguma, exemplo de política que se desvie do interesse de seus associados. Em segundo lugar, como nenhum de nós tem uma bola de cristal não é possível dizer como as coisas serão no futuro. No entanto, pode-se dizer que, em apenas quatro anos de trabalho do Proifes e da nova mentalidade de enfrentamento político da Adufrgs/Sindical, muita coisa mudou para melhor, o que não podemos dizer que tenha acontecido nos 20 anos anteriores, sob a orientação política de uso exclusivo da pressão-passeata, da greve e da gritaria. Forma, estética, seja lá o que for, que não foi abandonada ainda por nossos interlocutores. ♪

## ÍNDICE

- 04** SEGURIDADE SOCIAL
- 05** NOTÍCIAS
- 06** PING-PONG  
Mariza Abreu  
“O sistema educacional não está conseguindo responder às novas demandas”
- 10** VIDA NO CAMPUS
- 12** NOTÍCIAS  
Pontal do Estaleiro
- 14** CENTRAL  
Assembleia aprova proposta da Adufrgs/Sindical para contratação de Plano de Saúde
- 16** OPINIÃO  
Darwin ensina a aceitar as diferenças
- 18** OBSERVATÓRIO
- 20** PRESTAÇÃO DE CONTAS
- 21** JURÍDICO
- 22** NAVEGUE
- 23** ORELHA
- 24** EM FOCO  
Salão Internacional de Desenho para Imprensa
- 26** +1
- 27** A HISTÓRIA DE QUEM FAZ

## Aposentados podem ser isentos do IR

**Aposentados e pensionistas com mais de 70 anos e que ganham até R\$ 3.800 por mês podem ficar isentos do Imposto de Renda (IR). É o que prevê o projeto de lei (PLS 421/07) aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.**

Atualmente são isentos do IR os segurados com renda mensal de até R\$ 1.434,73 e anual de R\$ 16.473,73, além dos portadores de doenças como câncer, Aids, mal de Parkinson, cegueira, paralisia irreversível, cardiopatia grave, esclerose múltipla, entre outras previstas na portaria 349/96 do Ministério da Saúde. A proposta em discussão prevê a redução progressiva da tributação a partir dos 66 anos com desconto de 20% da renda tributável até chegar a 100% aos 70 anos.

Segundo o advogado tributarista Lázaro Rosa da Silva, do Centro de Orientação Fiscal (Cenofisco), pelas regras atuais não existe idade mínima para o contribuinte ficar isento do IR, desde que reúna as condições previstas pela legislação tributária. Ele lembra que a partir dos 65 anos, o aposentado e pensionista já têm uma parte da renda de até R\$ 16.473,92, que é isenta. Só é tributado o que ultrapassa esse valor. "Além da isenção a partir de 70 anos o projeto deveria agregar outras deduções, como as despesas com medicamentos", sugere.

O projeto de lei é bem-vindo para o presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), Benedito

Marcílio, mas ele defende que a isenção do IR deveria ser estendida para todos os aposentados independentemente de faixa etária. "É muito injusto o idoso pagar imposto, porque o benefício não é renda", destaca. O sindicalista lembra que atualmente oito milhões de segurados do INSS recebem acima do teto do salário mínimo e a cada ano têm perdas porque o reajuste dos benefícios é inferior ao mínimo.

A proposta, de autoria do deputado Efraim Morais (DEM-PB), que alivia o bolso dos aposentados e pensionistas, seguirá para ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos e, se for aprovada, segue para o plenário do Senado. Uma emenda de autoria do senador Jayme Campos (DEM-MT) preserva os contribuintes com remuneração mensal até R\$ 1.372,81, que já são beneficiados com a isenção total do IR pessoa física, independente da idade. Para o tributarista Lázaro Rosa da Silva, o PLS-421/07 deve encontrar resistências da Receita Federal porque vai reduzir a base de dados para o cruzamento de informações dos contribuintes pessoa física e jurídica. (Fonte: Diário de Pernambuco)



## Servidores ganham novo Siape-Saúde em abril

O novo sistema Siape-Saúde deverá entrar em funcionamento a partir de abril deste ano. A informação é do coordenador Geral de Seguridade Social e Benefício do Servidor, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), Sérgio Carneiro. O novo sistema consiste em um prontuário eletrônico que vai reunir toda a informação referente à saúde do servidor. Além disso, será possível, por meio do Siape-Saúde, fazer diagnósticos referentes a problemas de ambientes de trabalho ou identificar doenças funcionais que incidem sobre uma categoria específica de servidores, possibilitando, assim, a prevenção.

Segundo Carneiro, o processo de valorização da saúde do servidor vem acontecendo há algum tempo: "Já tivemos conquistas importantes. Saímos de um per capita de R\$ 37 para cada servidor ou dependente para os atuais R\$ 60. Além disso, estamos garantindo o acesso ao plano de saúde para 100% dos servidores federais. E esta é a idéia: queremos que o servidor possa decidir se

quer ou não ter o seu plano vinculado ao seu órgão de origem. Nós garantimos o acesso, mas a opção de adesão é do próprio servidor", disse Sérgio Carneiro.

O Sistema de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) é um programa amplo, baseado em três grandes eixos: assistência, perícia, promoção e vigilância à saúde; e tem como objetivo valorizar a saúde do servidor do Executivo Federal e padronizar os procedimentos que, hoje, são realizados com critérios definidos por cada órgão da União.

Além disso, o Siass vai possibilitar a revisão das aposentadorias por invalidez; a regulamentação das licenças de curta duração; a adoção de novos critérios para a atuação de juntas médicas e de perícias odontológicas; a realização, por parte dos servidores, de exames médicos periódicos; mudanças na organização de ambientes de trabalho; além da promoção e vigilância à saúde e na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

(Fonte: Ministério do Planejamento)



### Errata

Na edição 162, de janeiro de 2009, cometemos um erro no rodapé da página 17: Escrevemos "erradicado" em vez de "radicado".

### Atenção sócio da Adufrgs/Sindical

Retire seu estojo de caneta e lapiseira com a logomarca da entidade nas sedes Cidade Baixa ou Campus do Vale.



## Sem Terrinha têm aula em frente à Faced

Foi na tarde do dia 16 de março. Enquanto do lado de dentro do prédio da Faced a pedagoga Isabela Camini defendia tese de doutorado intitulada "Escola Itinerante dos Acampamentos do MST - Um contraponto à escola capitalista?", crianças dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pais e educadores participaram de uma aula simbólica em protesto ao fechamento das escolas itinerantes do MST no Rio Grande do Sul. Isabela Camini acompanha a trajetória das chamadas escolas itinerantes desde o reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação gaúcho em 1996.

As escolas em acampamentos do MST foram fechadas em fevereiro por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre o governo do Rio Grande do Sul e o Ministério Público (MP). A medida afeta cerca de 600 crianças. O governo estadual se comprometeu em garantir vagas para as crianças na rede pública, mas prefeituras reclamam da falta de verbas para transportá-las até as escolas. A medida contraria a lógica, defendida por educadores e que nos últimos anos norteou políticas públicas na área de educação, de que a escola deve ir até o aluno e não o aluno até a escola.

Desde o fechamento, surgiram vários protestos por parte de setores da sociedade civil. No dia 23 de março, uma Reunião Ampliada da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS, com apoio da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, gerou um documento que pede a reabertura das Escolas Itinerantes do MST. O documento, protocolado no Ministério Público, se baseia em resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece que toda criança tem o direito de estudar nas proximidades de onde mora.

Para a coordenadora de Educação do MST, Marli Zimmerman de Moares, o não reconhecimento oficial pelas autoridades do ensino representa grave erro. Ela explicou que "o currículo sempre seguiu os conteúdos didáticos da rede convencional". Segundo lideranças do MST, cerca de seis mil crianças já foram alfabetizadas pelas Escolas Itinerantes. Mesmo sem reconhecimento e apoio do governo estadual, as aulas continuam nas sete escolas instaladas nos acampamentos de Nova Santa Rita, Canguçu, São Gabriel, Julio de Castilhos; São Luiz Gonzaga e Sarandi.

(Com informações do site do MST e do jornal Correio do Povo)



## Coral da Universidade de Düsseldorf na Ufrgs

Em recente visita ao Brasil, o Coral da Universidade de Düsseldorf (Unichor) fez apresentação única em Porto Alegre, no dia 10 de março, no Salão de Atos da Ufrgs. O evento teve patrocínio da Adufrgs, dentre outras entidades. Fundado em 1989 e composto por estudantes e funcionários da universidade alemã, o Unichor, em sua primeira turnê fora da Europa, apresentou-se também nas cidades de Nova Petrópolis/RS, Ouro Preto/MG, Petrópolis/RJ, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.



## Adufrgs/Sindical realiza eleições em maio

A partir do edital de convocação, publicado no jornal Correio do Povo no dia 3 de abril de 2009, o Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre (Adufrgs/Sindical) deu início ao período de inscrições de chapas para as próximas eleições.

O pleito, que irá eleger a primeira Diretoria após a mudança estatutária e o Conselho de Representantes da Adufrgs/Sindical para o biênio 2009/2011, acontece no dia 13 de maio. O registro das chapas contendo nominata completa e programa, conforme determina o Estatuto - deve ser feito até 23 de abril, na Secretaria da entidade, na Rua Otávio Corrêa, 45, de segunda à sexta, das 9h às 12h e das 14h às 18h.

Mariza Abreu

# “O sistema educacional não está conseguindo responder às novas demandas”

Para enfrentar o desafio de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul (Seduc/RS) implantou em 2007 um projeto piloto de Alfabetização. São três alternativas metodológicas para ensinar a ler e escrever. Entre elas está o método fônico, que foi amplamente utilizado na Ditadura Militar. Na outra ponta, o pós-construtivista criado pelo Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (Geempa), coordenado pela professora Esther Grossi. A terceira opção é o apoio gerencial do Instituto Airton Senna. A adesão das escolas é facultativa, mas só quem optar pelo projeto terá apoio do governo – material didático e capacitação.

Escolhendo ou não os caminhos apontados pela Seduc, professores têm que dar conta da tarefa de alfabetizar seus alunos até o final do 2º ano do ensino fundamental, a antiga 1ª série.

Nesta entrevista à *Adverso*, a secretária de Educação Mariza Abreu detalha este projeto, defende o corte de ponto no caso de greve, assegura que é a favor do piso nacional de R\$ 950, e diz que a Universidade não prepara professores para a educação básica.

texto e fotos **Maricélia Pinheiro**

## Os métodos de alfabetização utilizados por governos anteriores não deram resultado?

Esse projeto surgiu a partir do desafio que o Brasil se colocou com a implantação do ensino fundamental de nove anos e com a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 6. Há também um dado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2003 que aponta que mais da metade dos alunos da 4ª série do ensino fundamental não estavam completamente alfabetizados. Isso é uma catástrofe para o Brasil! E se já havia uma dificuldade de alfabetizar na antiga 1ª série e uma alta taxa de reprovação, seria muito pior se fizéssemos o mesmo com crianças de 6 anos. Por isso havia a consciência de que antecipar o início da escolaridade para 6 anos não era simplesmente trabalhar com as crianças dessa idade o que se trabalhava com as de 7 anos.

### Como isso foi solucionado?

Queremos construir o que se chama de matriz de habilidades e competências em alfabetização e para isso estamos trabalhando com a maior especialista em avaliação externa de aprendizagem, no Rio de Janeiro. Nos dois primeiros anos do ensino fundamental a criança aprende leitura, escrita e matemática. Definido o ponto de chegada, as crianças têm que, no final do primeiro ano, atingir o estágio mínimo de aprendizagem e, no final do segundo, estarem alfabetizadas.

O interessante é que não estamos impondo às escolas e aos professores um único método. As escolas são livres para escolher entre os métodos fônico, do Instituto Alfa e Beta, e o pós-constructivista, do Geempa. Ou ainda se querem o apoio de gerenciamento de aprendizagem do Instituto Ayrton Senna, utilizando qualquer outro método. Mas as escolas têm conosco um compromisso de atingir a meta traçada pelo governo. A Secretaria de Educação não impõe métodos de alfabetização, ela pactua com as escolas um ponto de chegada.

**“Toda lógica dos governos do Brasil tem sido primeiro atender aos servidores e depois à população. É justamente essa lógica que tem que inverter”**

As escolas são livres para escolher o seu caminho, só não são livres para escolher não alfabetizar.

### O método fônico foi utilizado na Ditadura Militar. A senhora espera críticas?

Com relação ao método fônico, há uma série de mitos. Já há alguns anos educadores de vários países desenvolvidos vêm desmitificando essa ideia, propagada por educadores ligados ao Construtivismo, de que o método fônico pertence à direita. É claro que não dá para pressupor que crianças de setores populares, cujos pais têm nenhuma ou pouquíssima escolaridade, possam se alfabetizar indo direto à sílaba ou ao fonema. Por isso o projeto trabalha com a alfabetização em dois anos: Temos hoje na escola pública brasileira crianças de todas as classes sociais e por isso é preciso oferecer a elas a vivência da cultura letrada antes de desconstruir a palavra e entender o processo da leitura alfabética. Dentro dessa perspectiva, o método fônico não é ruim.

### Houve participação dos professores na discussão desse projeto?

Olha, se a gente for discutir demais não faz nada. Estaríamos em assembleia pública até hoje. Existe no País uma lei que determina que a alfabeti-

zação deve acontecer nas séries iniciais e um compromisso da escola pública com a cidadania brasileira. Todo mundo sabe que tem que alfabetizar, ou temos que fazer uma assembleia para saber dos professores se devemos ou não alfabetizar?

### Há alguma escola que ainda não aderiu ao projeto de alfabetização da Seduc?

O projeto foi apresentado a todas as escolas da rede pública do Rio Grande do Sul em 2009. Elas podem escolher uma das três metodologias do projeto, mas têm que chegar ao final do ano com os alunos atingindo as metas determinadas. Podem ainda optar por outros métodos, mas se ficarem com um dos três sugeridos terão o apoio do governo do Estado, em material didático e em capacitação. Como funcionários concursados e pagos com os impostos do povo, os professores têm o compromisso de chegar ao final do ano na matriz determinada. Esse é o nosso combinado, assim como a gente faz com filho pequeno, como a gente faz com criança.

### Já é possível fazer uma avaliação dos resultados da implantação do projeto?

Está para sair o relatório de 2008. O de 2007 mostra que as turmas que aderiram tiveram melhor resultado do que as demais. Levantamos algumas hipóteses para isso, mas a continuidade é que vai nos permitir tirar mais conclusões. Sabemos que o fato dos professores receberem capacitação e um material estruturado aumenta as chances de sucesso. Porque efetivamente, trabalhar com turmas diversificadas, formadas por crianças oriundas de setores populares não é tarefa fácil.

E a maioria dos professores não está preparada para lidar com essa diversidade. É como se as nossas faculdades ainda formassem professores para trabalhar com alunos daquela classe média que antes

**“Se a gente for discutir demais não faz nada. Estaríamos em assembleia pública até hoje”**

frequentava a escola pública. Então, os professores saem da universidade e levam um choque com a realidade encontrada na escola pública, sem falar na maldita violência nas cidades de médio e grande porte. Existem alguns professores que dão conta sozinhos, sem esse apoio, mas esses representam a exceção da exceção.

**Quer dizer então que as faculdades de Educação não preparam o professor para alfabetizar?**

Não preparam para a educação básica em geral. Mas essa crítica à Universidade não é frontal. Há uma crise geral na Educação. O grande problema é que o mundo desenvolvido havia construído uma educação básica de qualidade a partir da segunda revolução industrial. O Brasil não. No último quarto do século 20, surgiu uma crise entre a sociedade da indústria e a sociedade do conhecimento. Então, aquela escola onde estão todos enfileirados, olhando a nuca do colega, copiando do quadro negro, é a escola que prepara para o mundo retratado no filme "Tempos Modernos", do Chaplin. Até o início dos anos 60, só havia o rádio como meio de comunicação - a televisão chegava a poucos - e a escola centralizava as informações. Esse era o mundo antes da televisão, do computador, da internet, do telefone celular.

**A escola não se adaptou aos avanços tecnológicos.**

A função social da escola era outra, o mundo da produção era outro. E a escola, como toda grande estrutura, demora a se adaptar às novas exigências da sociedade. Isso aconteceu no mundo desenvolvido. O recente filme francês "Entre os muros da escola" (dirigido por Laurent Cantet, vencedor da Palma de Ouro do festival de Cannes em 2008) mostra o mesmo drama que vivemos por aqui: a inadequação da escola à juventude, ao mundo da globalização. Claro que em uma escola da França, dos Estados Unidos ou da Inglaterra, eles vivem outro drama relacionado ao multiculturalismo. Só que o Brasil tem o agravante de não ter universalizado uma escola de qualidade na segunda revolução industrial e

**“Nós, gestores da educação, não sabemos como organizar a escola para a terceira revolução industrial e a Universidade não sabe como preparar os professores para isso”**

agora passa pela inadequação da mesma à terceira revolução industrial. Então, nós temos os dois dramas: o do Mundo Desenvolvido e o do Terceiro Mundo. E a Universidade está refletindo sobre isso.

**O problema está na preparação dada aos futuros professores pela Universidade?**

O sistema educacional como um todo não está conseguindo responder às novas demandas. Nós, gestores da educação, não sabemos como organizar a escola para a terceira revolução industrial e a Universidade não sabe como preparar os professores para isso. Se a Universidade nos perguntar que tipo de professor precisamos, nós também não sabemos dizer com certeza.

**O corte de ponto dos professores grevistas não destoa do discurso de valorização da educação?**

O direito de greve foi estendido aos servidores públicos pela Constituição de 1988. A própria Constituição diz que ele deveria ser regulamentado por lei específica, mas não foi até hoje. O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que, na ausência de regulamentação, deve ser aplicada a mesma lei que rege as greves na iniciativa privada. Neste caso, a lei determina que, rompido o contrato de trabalho pela greve, não se trabalha e não se

recebe. É assim em qualquer lugar do mundo. Os sindicatos da iniciativa privada têm fundo de greve, porque sabem que durante a paralisação eles têm que sustentar os trabalhadores. No serviço público se criou uma cultura de pagar o tempo parado. Na verdade, nem precisava do decreto da governadora Yeda (para cortar o ponto), bastava cumprir o Estatuto do Servidor Público, onde está dito que quem não comparece ao serviço e não cumpre as funções de seu cargo, não pode assinar ponto e nem receber salário.

**Mas as aulas perdidas foram recuperadas.**

Com relação à recuperação de dias parados, há algo que a sociedade precisa entender. Pela lei vigente no Estado, os professores da rede pública têm direito a um período de férias de 45 a 60 dias. E quem define é a administração pública, considerando o calendário escolar e diferentes atividades. Então se a greve for de tal tamanho que a recuperação das aulas não implicar menos de 45 dias de férias, eles não têm direito ao recebimento destes dias. Foi isso que aconteceu. As aulas terminariam entre 23 e 30 de dezembro e com a recuperação não passaram do dia 10 de janeiro. Isso significa que todos puderam repor as aulas não tendo menos de 45 dias de férias. A Assembleia Legislativa manteve o veto, o Cpers entrou com recurso e perdeu por unanimidade no Tribunal de Justiça. Portanto, está mais do que legitimado o corte de ponto. E se outras greves acontecerem no serviço público do Estado, o ponto será cortado.

**Essa foi a primeira vez que houve corte de ponto no Rio Grande do Sul?**

Não. O governo Collares (Alceu Collares) cortou 19 dias dos professores e eles nunca receberam esses dias. Não é a primeira vez nem aqui nem no Brasil. O governo Lula já fez isso com várias categorias de servidores federais e em vários estados, governos de diferentes partidos já fizeram o mesmo em greve de professores. Mas no caso do Rio Grande do Sul, como os traba-

lhadores da Susepe (Superintendência de Serviços Penitenciários) receberam durante a greve, a governadora decidiu baixar o decreto para marcar que dali pra frente o jogo será diferente, acabou o acordo de cavaleiros.

### **E no que diz respeito ao piso de R\$ 950?**

Com relação ao piso, nós somos absolutamente a favor do projeto do presidente Lula. O problema é que o original foi modificado e alterado no Congresso. Na carreira dos professores há vencimentos iniciais diferenciados para quem tem formação de nível médio (Magistério) e para quem é graduado. Ao longo da carreira, eles conquistam gratificações e adicionais por tempo de serviço, que são calculados sobre este vencimento básico. E esse vencimento somado às gratificações e demais vantagens compõem a remuneração. Quando se fala em piso, é um valor por fora desta estrutura, abaixo do qual ninguém pode receber. Então, se um professor da rede pública do Rio Grande do Sul tiver uma remuneração total (vencimento básico e gratificações) menor que R\$ 950, ele recebe no contracheque algo chamado "completivo" ou "parcela autônoma" para completar o valor do piso. Aí, se ele muda sua posição na carreira, ganha um triênio ou completa a licenciatura plena, e o total da remuneração supera o piso, ele perde essa parcela autônoma.

### **Então não há professores hoje no Estado que recebam abaixo do piso?**

Sim, temos. O Rio Grande do Sul tem o Plano de Carreira mais antigo entre todos os Estados do Brasil (é uma lei de 1974), por isso a gente já tinha um piso, criado no governo Britto e que teve o último reajuste no governo Rigotto. Hoje ele é de R\$ 862 para 40 horas. Neste intervalo, de R\$ 862 e R\$ 950, estão entre 600 e mil

professores, de um total de 156 mil (ativos e inativos). O projeto enviado ao Legislativo é justamente para corrigir essa diferença. O Governo Yeda quer cumprir o piso.

Foi em cima desse projeto que o Cpers fez um carnaval e gerou a greve, inclusive mentindo para os professores que quem ganhava mais de R\$ 950 teria o salário cortado. Imagina que absurdo! Em decorrência da confusão gerada com a greve, a base do governo na Assembleia pediu que retirássemos a urgência. Agora o projeto está tramitando regularmente, e quando for aprovado vamos pagar retroativo a janeiro de 2009 essa diferença para estes poucos professores.

### **Se o governo aceita o piso, porque uma Ação Direta de Inconstitucionalidade?**

O que não concordamos é que esse valor (R\$ 950) vire o vencimento inicial da carreira. Porque aí terá um reajuste na folha de pagamento inteira. Quando o salário mínimo é reajustado, quem tem aumento é quem ganha salário mínimo, mas não todos os trabalhadores da iniciativa privada. Um piso salarial do magistério é um salário mínimo profissional e tem que funcionar para todos os trabalhadores. Não podem indexar o salário de todo o magistério da educação básica pelo governo federal.

O governo federal não pode definir a folha de pagamento de todos os professores da educação básica de todos os estados e municípios do País. Particularmente, acho os R\$ 950 um valor baixo para o Rio Grande do Sul. Mas é porque tem que servir para o interior do Piauí, o interior do Maranhão.



### **O investimento previsto para a Educação em 2009 é menor que o determinado pela Constituição. Ao mesmo tempo, o governo afirma que atingiu o déficit zero.**

Esse percentual de 35% é uma quimera do Estado do Rio Grande do Sul. Mas os problemas na realidade são outros. No Governo Yeda, asseguramos que o salário educação seja aplicado no seu fim, o que não vinha sendo feito. O valor estava sendo retirado da conta específica, passando para a conta única do Estado e virando salário dos servidores. Toda a lógica dos governos do Brasil tem sido primeiro atender aos servidores e depois à população. É justamente essa lógica que tem que inverter, sem deixar de atender aos servidores. Em 2007, 92% de nossos gastos com Educação foram com pessoal e encargos, sendo que mais da metade com inativos.

O problema dos investimentos com educação em todo o Brasil é de falta de recursos, sim. Mas além da falta de recursos existe a má gestão desses recursos. Porque estamos gastando muito com pessoal e principalmente inativos. Então o dinheiro nunca vai ser suficiente para investir em escolas de qualidade, equipamentos, projetos, tecnologia da informação, cursos de capacitação. ☹

**“O corte de ponto está mais do que legitimado. E se outras greves acontecerem no serviço público do Estado, o ponto será cortado”**

VivaVoz

# Uma conversa amiga sobre drogas

UFCSPA possui centro de atendimento que recebe chamadas do Brasil inteiro para auxiliar dependentes químicos e seus familiares no combate ao vício.

texto e fotos **Naira Hofmeister**

Do outro lado da linha, um morador do interior da Bahia pede ajuda para livrar-se do vício de cocaína. Aqui em Porto Alegre – mais precisamente no 3º andar da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) – a estudante Mariana Ungaretti está disposta a ajudar. Ela cursa o quarto semestre de psicologia na PUC/RS e é bolsista do Projeto Viva Voz, mantido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas através de uma parceria com a UFCSPA. Supervisionada por uma equipe de estudantes de pós-graduação e por três professores da instituição federal de ensino, Mariana explica, passo-a-passo, as estratégias que podem ser utilizadas para superar a dependência. Descobre razões e horários em que é consumida a droga e debate com o viciado as possibilidades de intervenção. Juntos, eles determinam metas a serem atingidas e o cronograma do tratamento. Tudo isso pelo telefone. “É um *call-center* que atende toda a Nação”, orgulha-se a coordenadora do projeto, professora Helena Barros.

O serviço é gratuito e não é preciso se identificar. Através de um número de protocolo o dependente pode retornar as ligações quantas vezes forem necessárias e qualquer um dos bolsistas do Viva Voz conhecerá seu histórico. Como cada

caso é um caso, a estratégia varia de acordo com o diagnóstico. “Por isso é fundamental que haja um atendimento exclusivo”, acredita Helena. Por exemplo, para uma mulher fumante que tem medo de combater o cigarro com balinhas para não engordar – uma estratégia comum – mas precisa manter a boca ocupada, Mariana pode sugerir cenourinhas picadas em forma de cigarro. Sempre que vier a fissura, a pessoa saca sua carteira de cenouras e come meia dúzia de calorias. “Ela pode inclusive comer como se estivesse fumando, com a cenoura entre os dedos”, sugere a professora.

## Serviço será ampliado

Mariana e seus colegas atendem uma média de cinco mil ligações por mês. “Quando tem divulgação na mídia, não paramos um minuto”, revela a estudante. Em fevereiro, por exemplo, depois de 15 dias de propaganda na rede Globo, o número de chamadas duplicou. Por isso o Viva Voz já está passando por um processo de ampliação. Desde janeiro, o serviço atende até a meia-noite, de segunda à sexta (antes, estava disponível entre 8h e 20h). “Em três anos vamos atender 24h por dia, durante os sete dias da semana”, anuncia Helena Barros.

O Viva Voz existe oficialmente desde 2005, faz parte do Serviço Nacional de Orientações e Informações sobre a Prevenção e o



Uso Indevido de Drogas. Mas a história começou muito antes: desde 1989, a então Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA) mantinha uma linha telefônica que prestava informações sobre substâncias psicoativas para a população.

### Ligações viram teses

Antes de poder conversar com os dependentes, Mariana passou por uma intensa preparação que incluiu seminários, palestras, simulações e testes escritos. “É fundamental para termos um atendimento qualificado e homogêneo”, justifica a professora Helena Barros. Isso sem falar no trabalho de coleta de dados que alimenta os projetos de dissertação e teses dos estudantes de pós-graduação da UFCSPA.

Quando os dependentes aceitam, passam a fazer parte das estatísticas do Viva Voz. “Em fevereiro, por exemplo, metade das ligações veio de pessoas que não quiseram se identificar”, revela Helena. Das demais, sabe-se que 36% eram usuárias de drogas e 12% eram amigos ou familiares. A metade dessas pessoas não tinha sequer o segundo grau completo e 40% possuíam renda familiar inferior a cinco salários mínimos.

Os homens são os que mais procuram o serviço como dependente. As mulheres, como familiares. Em geral, têm filhos ou maridos envolvidos com drogas. A maior parte das ligações parte de cidades do interior. Entre os usuários, a maioria consome diversas substâncias simultaneamente. “Muitos não consideram tabaco e álcool drogas, mas aqui elas são tratadas como tais”, reitera a professora.

A estatística mais comemorada é a que determina que o atendimento especializado da equipe do Viva Voz duplica as chances de um dependente parar de consumir drogas. “Nos projetos de pesquisa avaliamos a eficácia dos procedimentos. Também passamos a encaminhar por correio folhetos explicativos para essas pessoas”, complementa.

### Política sobre drogas

Recentemente, até o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso se mostrou favorável à descriminalização (nesse caso, da maconha) como forma de combater o tráfico. Antes disso, diversos defensores da causa argumentaram que é fundamental legalizar para que se tenha noção do tamanho do universo de usuários.

A professora Helena Barros é contra e acredita que essa solução pode aumentar o consumo ainda mais. “No



Telmo Guerreiro

Brasil, 12% da população é dependente de álcool e 10% de tabaco. A terceira droga mais consumida é a maconha que, mantida uma substância ilícita, tem um índice de dependência de 0,5%”, justifica. E mais, ela é favorável ao aumento das restrições ao consumo das substâncias que já são permitidas, álcool e tabaco. “Do ponto de vista social é possível estabelecer controles através de leis”, sugere. Mas Helena admite que é possível, por exemplo, beber socialmente – inclusive com a frequência diária. “Italianos e franceses bebem vinho todos os dias e não são populações viciadas”, observa. Mesmo assim sublinha que o consumo frequente pode levar à dependência. Ela toma como padrão a medida de duas doses diárias de bebida e quatro eventuais. Para homens. “Está comprovado que as mulheres são mais fracas. A dose delas deve ser a metade dos seus companheiros”, avalia. (A)

## Serviço

### VivaVoz

Orientações e informações sobre o uso indevido de drogas

Horário de atendimento:  
de segunda à sexta, das 8h às 20h  
0800 510 0015

<http://psicoativas.ufcspa.edu.br/vivavoz/principal.php>

## Pontal do Estaleiro

# Proposta de consulta popular preocupa movimento comunitário

Câmara Municipal aprova a construção de residências no empreendimento e prevê um referendo não obrigatório. Mas barrou emendas que garantiam um debate amplo sobre o tema e exigiam um Estudo de Impacto Ambiental para determinar compensações da obra

por Naira Hofmeister

Com um discurso que exaltava a “vitória da democracia”, o líder do governo municipal, vereador Valter Nagelstein (PMDB) comemorou a aprovação do projeto que permite a construção de residências na orla do Guaíba. A votação do texto do Pontal do Estaleiro aconteceu no dia 16 de março e terminou com o placar de 22 votos a 10.

O tema, em discussão há cerca de um ano, já havia sido votado outras duas vezes. A diferença da matéria aprovada foi a garantia de uma consulta popular para referendar a lei. “O povo terá a palavra final graças à iniciativa do prefeito José Fogaça”, discursou Nagelstein para a imprensa.

Apesar da eloquência do vereador, o projeto aprovado foi posto sob suspeita não apenas pela oposição, mas principalmente pelo movimento comunitário que debate um modelo de desenvolvimento urbano há anos. “Há uma

comissão na Casa para analisar a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre e os vereadores aprovam da maneira que querem alterações pontuais nos índices de construção permitidos através de projetos como esse”, critica o arquiteto e integrante da comissão municipal que trata do tema, Nestor Nadruz.

É que ao invés de aprovar o projeto tal e qual o Executivo havia encaminhado, a Câmara de Vereadores modificou o último artigo, que garantia um referendo para consolidar as alterações. Ao invés de uma consulta universal, o próprio Nagelstein apresentou emenda que a reduz a um evento facultativo. “Pelo custo e pela amplitude não vejo como fazer o referendo nos moldes previstos na Constituição. O mais adequado é o sistema adotado para a eleição dos Conselhos Tutelares, com uma comissão eleitoral e a delimitação de uma região na qual seriam distribuídas as urnas”, confirmou o prefeito.



Segundo cálculos do Tribunal Regional Eleitoral, o pleito municipal de 2008 custou R\$ 2 milhões, ao passo que a eleição de Conselho Tutelar de 2007 saiu por R\$ 167 mil. Mas menos de 10% dos eleitores cadastrados em Porto Alegre votaram. Comparando os cálculos, percebe-se que em ambos os casos o custo de voto é de cerca de R\$ 2,00 por eleitor, e a diferença do valor total está justamente na parcela da população que vai participar.

### Sem espaços de propaganda

Possivelmente prevendo a derrubada do referendo obrigatório, o vereador Pedro Ruas propôs uma emenda que obrigava o poder público a viabilizar um debate amplo sobre o tema através da distribuição de material informativo e espaços de defesa dos pontos de vista em meios de comunicação. Em resumo, propaganda igualitária para os dois lados. "A realização deste plebiscito deve configurar-se num importante marco da democracia

participativa e da vida política da cidade de Porto Alegre", justificou o vereador. A emenda não passou. "Quem acredita que nossos vereadores da 'base do concreto' desejam que a população seja devidamente esclarecida e vote conscientemente? Isso pode ser muito perigoso a alguns interesses", ataca um texto postado no *blog* do Porto Alegre Vive.

Outra emenda que deixou de ser aprovada foi a proposta de Airto Ferronato (PSB) que previa a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo relatório antes da Secretaria Municipal do Planejamento autorizar a construção. O EIA-RIMA (Relatório do Impacto Ambiental) não é regulamentado no município, mas é amplamente utilizado em projetos de grande impacto em nível estadual. Os técnicos de Porto Alegre utilizam o Estudo de Viabilidade Urbanística para determinar os impactos, mas concentram suas análises nos equipamentos urbanos de infraestrutura.

### Relembrando maio de 2007

O temor do movimento comunitário, nesse caso, é que o referendo facultativo repita o episódio das audiências públicas sobre o Plano Diretor em 2007. Para quem não lembra, a Prefeitura promoveu dois debates em maio antes de concluir a redação final do projeto de revisão que seria encaminhado à Câmara Municipal. Na ocasião, a comunidade foi também convidada a opinar sobre o documento e houve uma votação dos artigos.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (STICC) levou não só a maioria de seus filiados, mas familiares e amigos para votarem de acordo com os interesses das empreiteiras. Além de disponibilizar ônibus, o STICC distribuiu café da manhã, almoço e lanche para quem se cadastrou como representante da entidade.

É cada vez que o então secretário de Planejamento, José Fortunati (PDT), colocava algum ponto em votação, a organização do STICC era visível. Primeiro, um homem de camisa do Grêmio, bem ao centro da plateia, levantava seu crachá. Em seguida, outros dez – distribuídos estrategicamente



Charge de Santiago registrou manipulação das audiências

te entre os votantes – o acompanhavam. Por fim, a massa de trabalhadores acompanhava o movimento e derrubava qualquer uma das propostas de alteração levantadas pelos movimentos comunitários. "Foi um processo democrático. Não tenho culpa se um lado se organizou mais do que o outro", avaliou Fortunati na ocasião. ♣

## Plano de Saúde

# Professores aprovam proposta da Adufrgs/Sindical

Reunidos em Assembleia Geral (AG) no dia 1º de abril, professores filiados à Adufrgs/Sindical aprovaram, com alguns adendos, a proposta da Diretoria do Sindicato com as diretrizes básicas para negociação e contratação de Plano de Saúde. A assembleia também deliberou, por ampla maioria, que a Adufrgs/Sindical exija da Reitoria a prorrogação do atual Plano Ufrgs/Unimed, que expira em 31 de julho próximo, para que o Sindicato e a Universidade possam ter mais tempo para negociar com as operadoras

por Maricélia Pinheiro

O dever de contratar um Plano de Saúde Suplementar que atenda professores e técnico-administrativos das Ifes é das Reitorias e não do Sindicato. Nessa questão, houve pleno consenso entre os presentes na Assembleia. No entanto, quatro editais já foram lançados pela Ufrgs e nenhuma operadora mostrou interesse em atender ao público em questão. Na opinião pessoal do professor Eduardo Rolim de Oliveira, presidente da Adufrgs/Sindical, as operadoras não consideram vantajoso, do ponto de vista mercadológico, firmar contrato com um grupo onde cerca de 70% de seus membros têm idade superior a 44 anos. Esse argumento, inclusive, foi usado por uma operadora que já tem contrato com a Adufrgs/Sindical, quando procurada pela Diretoria da entidade em 2007.

Rolim informou que a Ufrgs pretende lançar um quinto edital nos próximos dias, desta vez suprimindo a obrigatoriedade das operadoras em realizar os exames periódicos de saúde do trabalho.

“Independente do resultado dessa nova licitação da Ufrgs, a Adufrgs/Sindical vai prosseguir as tratativas no sentido de assegurar que os docentes não fiquem a descoberto”, anunciou o presidente da entidade que representa os professores das Ifes de Porto Alegre.

Assim como foi deliberado pela AG, Rolim informou que a Diretoria irá tentar a prorrogação do atual Plano Ufrgs/Unimed junto à Reitoria, embora não acredite que seja fácil, uma vez que este já foi prorrogado por um ano – deveria ter expirado em julho do ano passado. Eduardo Rolim esclareceu que não há qualquer possibilidade legal da Ufrgs renovar o atual contrato ou da Adufrgs/Sindical assumi-lo, pois este segue a legislação anterior a 1998.

Naira Hofmeister

A Assembleia aprovou a proposta da Diretoria da Adufrgs/Sindical de que a entidade financie a infraestrutura física – reforma ou aquisição de espaço e compra de equipamentos – e administre o Plano de Saúde, sendo que os funcionários – pelo menos três no início – serão pagos pelo próprio Plano. Ou seja, fará parte da mensalidade (como já ocorre hoje, em favor da Unimed), uma taxa de administração que será destinada ao pagamento de pessoal entre outras despesas administrativas e cobertura de inadimplência. A sugestão de que haja uma comissão de usuários, eleita em AG da Adufrgs/Sindical para, de forma voluntária, assessorar a Diretoria na administração do Plano, foi acatada pela Assembleia.

Entre as propostas aprovadas pela AG está a possibilida-

de de todos os membros das comunidades universitárias das Ifes de Porto Alegre aderirem ao plano. A Diretoria havia proposto que o Plano seria aberto a associados e não-associados. Houve contestações que foram resolvidas da seguinte forma: os não-associados pagarão uma taxa de administração diferenciada dos associados. Eduardo Rolim frisou que é fundamental que haja mecanismos para combater a inadimplência, pois a entidade não tem como arcar com possíveis déficits, e que o Plano seja autossustentável.

A partir das decisões tomadas na AG do dia 1º de abril, a Adufrgs/Sindical vai intensificar as negociações com operadoras de Planos de Saúde e quando tiver um modelo de contrato fechado – dentro das diretrizes aprovadas – irá submetê-lo à aprovação de uma nova Assembleia Geral. (v)

## Proposta de Resolução sobre Plano de Saúde da Adufrgs/Sindical

Avaliando a situação atual do Plano de Saúde Ufrgs/Unimed, que será encerrado, impreterivelmente, em 31/07/2009 e as decisões anteriores de Assembleias Gerais, a Diretoria da Adufrgs/Sindical propõe a aprovação por esta AG dos seguintes pontos:

1. Contratação de Plano de Saúde coletivo pela entidade, nas melhores condições obtidas nas negociações com as operadoras, que contemple:

a) Autossustentabilidade do Plano, com garantia de manutenção dos custos pelos usuários, sem comprometimento do patrimônio da entidade, incluindo mecanismos de cobertura da eventual inadimplência.

b) gestão profissional, com regras definidas de inclusão e exclusão de usuários do Plano, constantes do Contrato de Adesão de Usuário.

c) contabilidade própria do Plano de Saúde, separada da contabilidade da entidade, com garantia de transparência e publicidade, aos associados e aos usuários, da situação financeira do Plano.

d) possibilidade da inclusão de membros das Comunidades Universitárias das Ifes de Porto Alegre, como usuários do Plano, com taxas diferenciadas para não-associados da Adufrgs/Sindical

e) garantia da inclusão, sem carência suplementar, dos atuais usuários dos Planos de Saúde Ufrgs/Unimed e Adufrgs/Golden Cross (titulares, dependentes e agregados) e com regras claras de inclusão de novos usuários.

2. Autorização à Diretoria para providências de contratação de funcionários e consultorias para operar o Plano, com os custos de administração cobertos pelo Plano.

3. Criação de Comissão de Usuários do Plano, eleita em Assembleia da Adufrgs/Sindical, para assessorar a Diretoria na gestão do Plano.



4. Autorização à Diretoria para a criação da infraestrutura necessária para a operação do Plano, que pode incluir reforma na Sede Cidade Baixa ou aquisição de imóvel, além dos bens móveis e equipamentos necessários, com recursos da entidade e com a incorporação dos mesmos ao patrimônio da Adufrgs/Sindical.

5. Autorização à Diretoria para a elaboração de Regimento de funcionamento do Plano, contemplando todos os aspectos que devem constar do Contrato de Adesão do Usuário, a ser aprovado em Assembleia Geral da entidade.

6. Manutenção normal do atual Plano de Saúde ADUFRGS-Golden Cross, sem nenhuma alteração das condições vigentes, com possibilidade de migração voluntária para o novo Plano.

7. Autorização à Diretoria para a realização de todas as gestões necessárias junto às Reitorias e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) no sentido de garantir a continuidade do ressarcimento de Plano de Saúde para os professores da Ufrgs e busca do mesmo benefício para os professores da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA) e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), quando se desvincularem da Ufrgs.

Porto Alegre, 1º de abril de 2009.

# DARWIN

## ensina a aceitar as diferenças

por Aldo Mellender de Araújo

professor do Departamento de Genética da Ufrgs

Este ano de 2009 irá se caracterizar pela presença muito frequente, na mídia e nos meios acadêmicos, de Charles Darwin, o pacato cidadão que nasceu no dia 12 de fevereiro de 1809, portanto há 200 anos, e que mudou a nossa maneira de ver o mundo.

À época em que ele nasceu e viveu, todos os seres vivos eram tidos como criados, no passado, tal qual se mostram hoje, sem qualquer mudança. É o que se chamou de fixismo: as espécies, incluindo a nossa própria, seriam fixas, isto é, imutáveis. Pois Darwin sugeriu, baseado em intensos e extensos estudos, principalmente após a sua viagem de quase cinco anos pelo mundo – viagem em grande parte (três anos) passada aqui na América do Sul – que todos os seres vivos, sem exceção, modificaram-se ao longo do tempo, desde um início muito antigo. A abelha que hoje vemos formando colmeias e produzindo o tão apreciado mel, no passado não era assim, não era nem mesmo um inseto social, como é hoje. As aves que hoje nos encantam com sua beleza e muitas delas, com seu canto, foram diferentes no passado, milhões de anos atrás.

Na verdade, estudos já no século 20, mostraram que elas vieram – elas evoluíram – de um grupo de dinossauros!! O termo evolução surgiu a partir dos estudos de Darwin. A evolução não quer dizer que o ser vivo tenha melhorado, mas simplesmente se modificado. Nós é que emprestamos um outro sentido à palavra evolução. Na mesma obra em que essas ideias eram defendidas, *A Origem das Espécies* (1859), ele criou o conceito de seleção natural, o qual utilizou para explicar a causa das modificações em todos os seres vivos.

Nós, humanos, também no passado fomos diferentes: de um início como uma forma simiesca, no leste da África, mudamos nossa maneira de caminhar, para bípede, mudamos nossa maneira de pensar e adquirimos toda esta inteligência criativa que nos

orgulha muito. Aliás, nossa origem africana havia sido prevista por Darwin, especialmente em outra obra importante, *A Descendência*

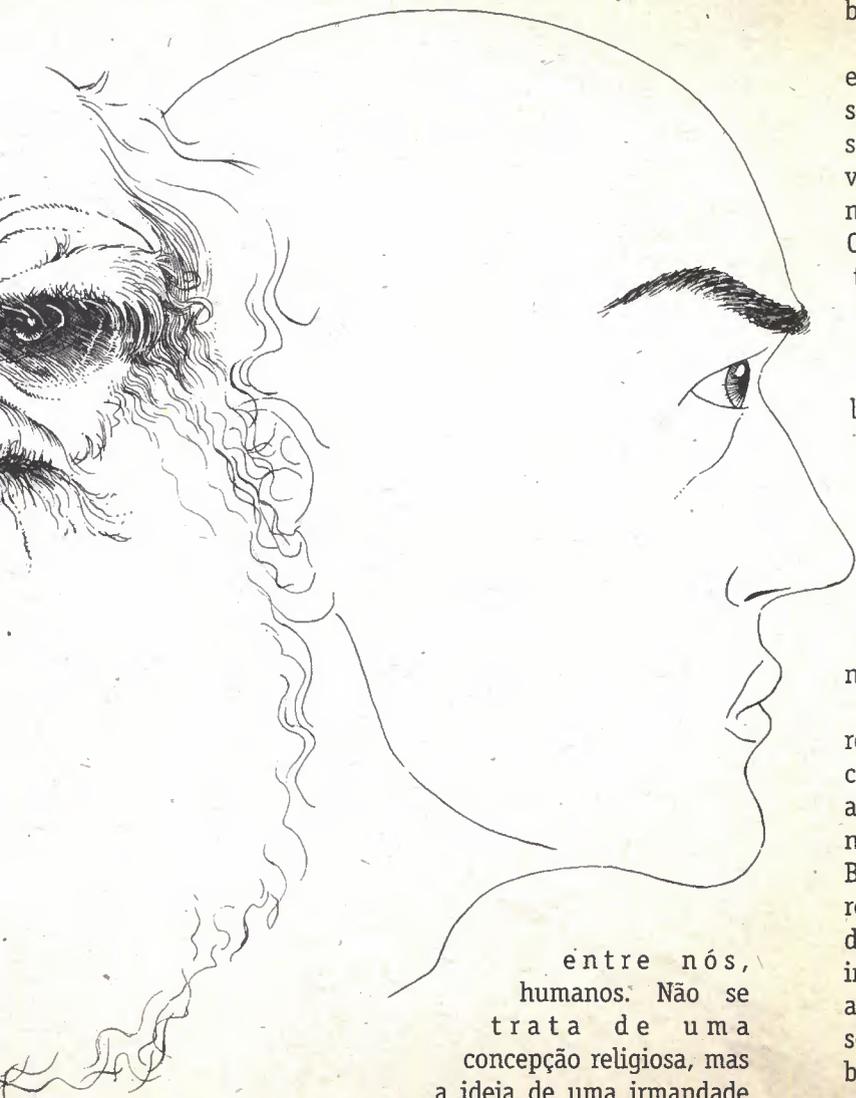


do Homem e a Seleção Sexual (1871).

Ao propor que todos os seres vivos se modificaram a partir de formas ancestrais, diferentes, Darwin criou a imagem de uma árvore da vida. Todas as folhas desta árvore, que estão na parte externa dos ramos, representam os seres vivos atuais; as internas,

os extintos. Esta imagem da árvore nos leva à conclusão de que no passado muito remoto, todos vieram de um ou poucos ancestrais (como a convergência dos galhos no tronco da árvore). De fato, estudos de biologia molecular têm confirmado esta inferência.

Qual a implicação desta ideia? Todos constituímos uma família!! Somos, portanto, parentes uns dos outros. Nós, humanos, por exemplo, temos os nossos parentes mais próximos, o chimpanzé e depois o gorila. Darwin também sugeriu este parentesco, o que foi confirmado muito depois, no século 20, com estudos aprofundados de anatomia, morfologia e biologia molecular. Extrapolando um pouco as ideias de Darwin, podemos admitir uma fraternidade entre os seres vivos e muito particularmente



entre nós, humanos. Não se trata de uma concepção religiosa, mas a ideia de uma irmandade ampla tem um suporte biológico. Como irmãos

em uma família, temos nossas diferenças: alguns são mais altos, outros mais gordos, alguns possuem pele bem clara, enquanto outros têm pele escura, alguns com cabelos lisos, outros não e assim por diante.

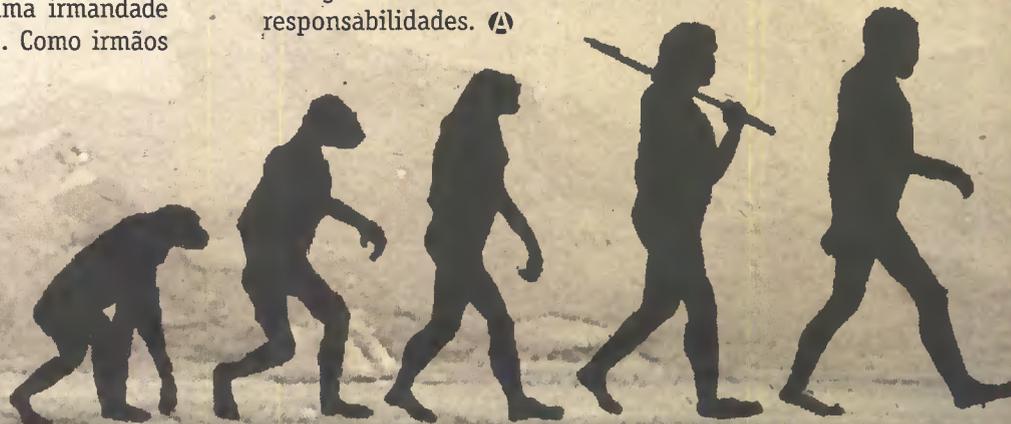
Na perspectiva darwiniana não há um povo escolhido, muito menos um povo que representa o mal. Somos todos iguais do ponto de vista biológico, no sentido de fraternidade. A simples diferença não implica na qualificação como melhor ou pior. É por isso que celebramos Darwin: por intermédio de algumas ideias e conceitos simples, ele revolucionou o mundo acadêmico e também o modo como nos vemos no dia-a-dia.

Há uma luta pela vida, como ele próprio disse. Mas a expressão "luta" não significa necessariamente briga, beligerância, morte.

Darwin também mostrou que a cooperação pode evoluir, isto é, uma espécie que é solitária hoje, poderá ser social amanhã. É o caso da nossa espécie: podemos ser cooperativos, e de fato somos, na maior parte das vezes. Cooperamos, quando formamos casais e temos nossos filhos – às vezes, infelizmente, isso termina. Cooperamos, quando resolvemos entrar para a política e trabalhar para a coletividade – às vezes, infelizmente o fazemos de modo desvirtuado. Esta é outra parte da revolução de Darwin: nossa vida social, nossos hábitos, nossos costumes, nossas crenças, se modificaram ao longo do tempo. É o que veio a ser conhecido como evolução cultural.

A cultura, nossos costumes, nossas tradições, nossa ciência, é um sub-produto da nossa evolução biológica: à medida que nos tornamos mais e mais inteligentes, criamos sistemas culturais. Como estamos distribuídos em vários continentes e dentro destes continentes, em grandes espaços, nossas culturas diferem.

Na perspectiva darwiniana, podemos aceitar a religião como mais um aspecto de nossa evolução cultural. Em consequência, da mesma forma que aceitamos e respeitamos as diferenças culturais entre nós gaúchos e nossos irmãos dos demais estados do Brasil, ou em relação a outros países, também devemos respeitar e aceitar as diferenças culturais entre as diversas manifestações religiosas e, talvez mais importante ainda, devemos aceitar e respeitar o ateísmo e a religiosidade. É possível mesmo afirmar que se o Adão e a Eva bíblicos morreram, o homem e a mulher biológicos foram ressuscitados, com todas as suas responsabilidades. (A)





## Partido de ex-guerrilheiros elege presidente em El Salvador

Com 51,2% dos votos, o jornalista Mauricio Funes foi eleito presidente de El Salvador Candidato pelo partido de esquerda e ex-grupo guerrilheiro Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), Funes pôs fim a 20 anos de hegemonia da direita Aliança Republicana Nacionalista (Arena). Ele será empossado no dia 1º de junho para um mandato de cinco anos.

Apesar de representar a sigla revolucionária, o jornalista não foi guerrilheiro, o que atraiu o voto dos indecisos e, inclusive, de antigos simpatizantes da Arena. Além disso, cultivou durante sua campanha uma grande aceitação entre os eleitores de diversas camadas sociais por sua reconhecida carreira na televisão local. Até poucos meses antes do lançamento da sua candidatura, no fim de 2007, Funes foi correspondente da CNN em espanhol no país.

Entre os desafios sociais do novo presidente estão principalmente o combate à violência (El Salvador tem a taxa mais alta de mortes violentas da América Latina devido à ação de gangues juvenis armadas) e a melhoria de condições de vida da população (37% são pobres, 10% estão abaixo da linha da pobreza e o analfabetismo alcança 18,9% dos habitantes).

Já na área econômica, o objetivo deve ser a ampliação dos laços comerciais, atualmente restritos aos Estados Unidos. O país norte-americano é o principal sócio comercial e receptor de mais de 2,5 milhões de imigrantes salvadorenhos. As remessas americanas se converteram na segunda fonte de subsistência do país (17% do PIB) atrás dos serviços (60%). Com a diversificação, o novo governo espera melhorar os índices comerciais. O PIB cresceu 3,2% em 2008, e a inflação, 5,5%. As exportações estão concentradas nas manufaturas e no café e a balança comercial apresenta déficit de US\$ 5,2 milhões.

(Fontes: Carta Maior e Fórum Nacional de Democratização da Comunicação)

## Vitória dos povos indígenas

Todo dia será dia de índio. Pelo menos é o que se espera a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à demarcação contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Foram 10 contra 1, no embate do dia 19 de março, a exatamente um mês da data em que se comemora o Dia do Índio (19 de abril). A histórica vitória dos povos indígenas foi motivo de festa em vários pontos do País.

A demarcação da área de 1,7 milhão de hectares havia sido homologada por decreto do presidente Lula em 2005. Desde então travou-se uma batalha não apenas judicial, mas repleta de atos de violência, entre indígenas e plantadores de arroz que haviam ocupado a reserva. Os ministros do STF estabeleceram 19 condições que servirão de base para as futuras demarcações e para as que estão em andamento. "Essas condições se aplicam à Raposa Serra do Sol, mas têm um efeito transcendente para as demais demarcações", afirmou o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes.

A decisão do STF apenas segue a Constituição que reconhece "aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" e comprova que retroceder a homologação para área não-contínua representaria um grave precedente jurídico para próximos processos demarcatórios, e poderia estimular grileiros e oportunistas a realizarem invasões nos mesmos moldes dos que ocorrem em Roraima.

(Com informações da Agência Carta Maior)

## Evo Morales confisca terras de latifúndios na Bolívia

Milhares de hectares de terras recém-confiscadas de latifundiários foram transferidas para agricultores indígenas na Bolívia. O presidente Evo Morales afirmou que esta medida representa o começo do fim do latifúndio e da escravidão dos índios Guaranis no país. A entrega dos terrenos é fruto da nova Constituição boliviana, que limita o tamanho das propriedades e prevê maior controle do Estado sobre os recursos naturais.

A maior extensão de terras permitida pela nova lei são cinco mil hectares. No dia 15 de março foram entregues 34 escrituras de terrenos a índios guaranis. A área corresponde há 38 mil hectares na região de Caraparicito e Alto Parapetí, na província Cordilheira de Santa Cruz. Nessa região, considerada o símbolo do latifúndio boliviano, onde Morales enfrenta forte oposição.

A cerimônia de entrega dos títulos aconteceu na antiga fazenda de Ronald Larsen, um cidadão estadunidense que estava entre os ricos proprietários que tiveram suas terras confiscadas no último mês. Segundo Morales, as terras foram expropriadas pelo governo porque não produziam e não cumpriam sua função econômica e social.

O presidente da Bolívia afirmou que em três anos de governo não se pode resolver um problema de 500 anos, mas disse que este é o primeiro passo da revolução agrária. De acordo com a nova Constituição, outros 36 grupos indígenas ainda têm o direito de receber terras.

(Fonte: Radioagência NP)



## Edir Macedo passa o controle da Igreja Universal

A Igreja Universal do Reino de Deus está dividida. No momento, atravessa uma crise de comando. Há cerca de três meses, seu chefe máximo, Edir Macedo, nomeou o bispo Romualdo Panceiro, o então líder no Brasil, como o seu sucessor mundial. A decisão foi tomada após Macedo ter se submetido a uma cirurgia no pâncreas, há nove meses. Seu estado de saúde não é bom, garantem religiosos próximos.

Panceiro mudou-se para a Califórnia, onde vive Macedo, de onde passaria a comandar a igreja, mas mantendo-se próximo ao fundador da instituição. Surpreendentemente, o novo comandante retornou ao Brasil. Com uma procuração nas mãos passada por Macedo, Panceiro obteve o controle de vários dos mais importantes e valiosos bens da igreja, tornou-se o homem forte e deixou de ouvir o antigo guru, revelam fontes próximas à cúpula da Universal.

O bispo Macedo sentiu-se traído pelo ex-líder no Brasil. No entanto, não teria agora como reverter o poder outorgado a Panceiro. Uma importante funcionária da área administrativa da igreja confirmou que o novo dirigente está fortalecido e "com amplos poderes". Procurada para falar sobre a crise, a direção da igreja disse que a informação "não procede" e "é infundada". "A Universal do Reino de Deus tem em seu corpo a liderança do bispo Edir Macedo", informou em nota. (Fonte: Revista Carta Capital)



## Governo de Obama multa empresas por vínculos com Havana

Apesar das múltiplas pressões para que sejam revisadas as práticas comerciais de bloqueio, mantidas há meio século contra Cuba, a agência norte-americana encarregada de acossar os fornecedores da Ilha acaba de penalizar com uma multa de US\$20.950 a companhia Lactalis USA, filial estadunidense do gigante francês Lactalis.

O Escritório de Controle de Bens Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro impôs a sanção à empresa de queijos e produtos lácteos, por descumprir as regulamentações do bloqueio ao "fazer transferências financeiras eletrônicas nas quais Cuba ou um cidadão cubano tinha interesse" entre fevereiro de 2004 e março de 2007, informou a imprensa de Miami. Trata-se da primeira sanção imposta pelo Departamento do Tesouro a uma entidade por seus vínculos com a nação caribenha, desde que assumiu a Casa Branca o presidente Barack Obama, com o que ratifica a política de bloqueio à Cuba.

Em 16 de janeiro último a OFAC decretou "clarificações legais" que impuseram regras ainda mais rigorosas sobre as viagens a Cuba e que afetam desde então as empresas norte-americanas de voos charters e as agências de viagens e de remessas.

As medidas anunciadas a quatro dias da posse do atual mandatário norte-americano foram naquele momento interpretadas como resultado da resistência de funcionários "bushistas" recalcitrantes, inconformados com a chegada de uma nova administração.

A OFAC é apenas um elemento do enorme mecanismo de agressão desenvolvido contra Havana pelas sucessivas administrações norte-americanas. Graças a esta agência, o Departamento do Tesouro espia aos cidadãos norte-americanos e estrangeiros que ousem manter relações com Cuba. Há anos dedica anualmente milhões de dólares e grande parte de seu pessoal a espionar, detectar e punir indivíduos, empresas e organismos.

(Fonte: Jornal Granma Online)

## Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo

O papel da iniciativa privada no combate à escravidão contemporânea ganhou um novo impulso com a realização do 2º seminário do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, no mês de março, em São Paulo. Durante o evento, foram apresentados o Código de Conduta e instrumentos colaborativos para o monitoramento da iniciativa. Mais de uma centena de empresas já assinaram o Pacto Nacional e assumiram o compromisso de cortar relações comerciais com agentes econômicos envolvidos na exploração criminosa de mão-de-obra escrava.

Na visão do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que esteve presente no Seminário, o setor empresarial – bem como o Poder Judiciário – tem potencial para exercer "protagonismo" nos esforços para a erradicação dessa prática criminosa. "Para além do compromisso da consciência, o trabalho escravo vulnerabiliza o crescimento econômico brasileiro", declarou o ministro, em referência direta aos riscos que os produtores nacionais (como os de carne bovina e soja) correm de sofrer uma espécie de "dumping (sanção) social" em organismos internacionais por conta dos insistentes flagrantes de escravidão no meio rural.

Números divulgados no seminário pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostram que 5.016 trabalhadores foram libertados em 2008. Durante o ano passado, foram realizadas 158 operações que verificaram as condições trabalhistas em 301 fazendas. Houve pagamento de R\$ 8,9 milhões de indenizações e 4,8 mil autos de infração foram lavrados no mesmo período.

(Fonte: Repórter Brasil)





**SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE ADFGRS-SINDICAL**  
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

**BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2009**

RUBRICAS / MESES	JAN
<b>ATIVO</b>	<b>4.146.351,99</b>
<b>FINANCEIRO</b>	<b>3.914.250,58</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.437.448,99</b>
CAIXA	3.823,17
BANCOS	3.849,88
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.429.775,94
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>2.476.801,59</b>
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO</b>	<b>2.426.369,94</b>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.426.369,94
<b>ADIANTAMENTOS</b>	<b>9.913,54</b>
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	9.913,54
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>9.677,76</b>
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	9.677,76
<b>DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE</b>	<b>863,22</b>
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	863,22
<b>ESTOQUES ALMOXARIFADO</b>	<b>29.977,13</b>
ATLAS AMBIENTAL	29.977,13
<b>NÃO FINANCEIRO</b>	<b>232.101,41</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>220.362,97</b>
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	151.181,58
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(188.922,32)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>11.738,44</b>
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENEFITÓRIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(16.758,78)

<b>PASSIVO</b>	<b>4.154.434,39</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>68.146,38</b>
<b>OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS</b>	<b>40.397,54</b>
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	21.405,68
CREDORES DIVERSOS	18.991,86

RUBRICAS / MESES	JAN
<b>RECEITAS</b>	<b>171.768,24</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>134.275,75</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	134.275,75
<b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>	<b>35.859,66</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	35.815,66
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	44,00
<b>RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS</b>	<b>31,33</b>
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	31,33
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>1.601,50</b>
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.601,50
<b>DESPESAS</b>	<b>179.850,64</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>179.850,64</b>
<b>DESPESAS COM CUSTEIO</b>	<b>70.500,37</b>
DESPESAS COM PESSOAL	51.880,53
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.050,87
DESPESAS DE EXPEDIENTE	4.425,86
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	155,80
SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.658,55
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	865,51
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.587,22
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	763,79
ENCARGOS FINANCEIROS	112,24
<b>DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS</b>	<b>87.503,49</b>
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.036,21
DESPESAS COM VIAGENS	21.123,71
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	2.589,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	1.897,85
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	28.306,72
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	4.150,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	28.400,00
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>21.846,78</b>
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	8.425,68
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	13.421,10
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS</b>	<b>(8.082,40)</b>
<b>RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>(8.082,40)</b>

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA  
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA  
Contador - CRC-RS 14.418



## Guia de Convênios



### Produtos e Serviços

**Casa Flor**  
Shopping Iguatemi  
(51) 3333.2080  
**12% de desconto à vista**

**10% de desconto nas armações e óculos de sol**  
**5% de desconto nas lentes de grau**

**Sapato Florido – Flor e Cultura**  
Rua Professor Duplan, 19  
Rio Branco  
(51) 3388.3277 / 3024.5497  
www.sapatoflorido.com.br  
**10% de desconto à vista e 5% no cartão de crédito ou boleto**

**Dona Vision Óptica**  
Rua Prof. Annes Dias, 166  
Centro  
(51) 3221.6277  
**10% de desconto à vista**  
**5% de desconto no parcelamento com cartão de crédito**

**Funerária Ângelus**  
Av. Bento Gonçalves, 50  
Azenha  
0800 51 2228 / 3241.9865  
www.angelus.com.br  
**20% de desconto para pagamento à vista**  
**10% de desconto para pagamento em até três vezes**  
**5% de desconto para pagamento em até cinco vezes**  
**Plano de Assistência com 10% de desconto e isenção da taxa de adesão**

**Óptica Vittorino**  
Rua General Vitorino, 77,  
loja 5  
Centro  
(51) 3224.0058  
**10% de desconto à vista**  
**Parcelamento em 10 vezes**

**Dpaschoal**  
Av. Pernambuco, 1155  
Av. Farrapos, 703  
Navegantes  
0800 511818 / 3246.7200  
www.dpaschoal.com.br  
**20% de desconto adicional**

**Cia dos Óculos**  
Rua Vigário José Inácio, 481,  
Sala 06, 3º andar  
Centro  
(51) 3225.6285  
www.ciadosoculos.com.br

**Multiservice Car Help**  
Praça Rui Barbosa, 220,  
conj. 74  
Centro  
(51) 3023.0307  
**10% de desconto nas mensalidades**  
**Isenção da taxa de inscrição**

# Suspensa liminar que garantia pagamento da URP

## Assessoria jurídica da Adufrgs/Sindical já contestou decisão do juiz

Depois de comemorar a liminar que impedia a retirada da rubrica referente à URP dos contracheques de fevereiro, a assessoria jurídica da Adufrgs/Sindical foi surpreendida com uma nova suspensão do benefício na metade do mês de março. No entanto, como a Ufrgs não foi notificada a tempo, os contracheques mantiveram o valor incluído. Se mantida durante o mês de abril, a suspensão da liminar deve prejudicar dois mil docentes do Rio Grande do Sul.

A justificativa do Tribunal de Contas da União (TCU) para ordenar o fim do pagamento da rubrica era de que as perdas dos planos econômicos da década de 1990 (Verão, Bresser e Collor) já haviam sido compensadas com os aumentos salariais da última década – coisa que a primeira decisão da Justiça do Trabalho, em 1994, proibia.

A URP equivale a 26,05% do vencimento básico e da extinta

Gratificação de Atividade Específica (GAE) e seu corte estava previsto para fevereiro, mesmo mês em que os salários seriam elevados. “O propósito do TCU era mascarar o corte”, critica o presidente da Adufrgs/Sindical, Eduardo Rolim.

O professor acredita que a solução virá a partir de uma negociação coletiva, envolvendo todos os sindicatos de servidores federais e representantes do governo. “Se não, estaremos sempre reféns de interpretações judiciais”, reclama. Segundo Rolim, esses entraves não se dão apenas em relação à URP/89. “O país é muito diverso no que diz respeito aos ganhos jurídicos”, revela. A própria rubrica que busca corrigir distorções dos planos econômicos da década de 1990 não incide sobre os salários de professores de algumas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por exemplo. “Isso torna muito injusta a concepção de carreira”, completa. (A)

## União muda cálculo de benefícios e prejudica professores

Outra briga jurídica que necessita conciliação é a que trata dos pagamentos referentes aos chamados artigos 192 da Lei 8112/90 e 184 da Lei 1711/52. Em 1994, houve o entendimento que estes direitos não incidiriam sobre parcelas criadas após a aposentadoria. Na ocasião, a Adufrgs obteve uma vitória na Justiça que determinava o pagamento da diferença também sobre a Gratificação de Atividade Executiva (GAE). Contudo, aqueles professores que poderiam ter se aposentado até 1996, mas preferiram continuar na ativa, só recebem a diferença sobre o vencimento básico (VB). “Só aqui na nossa Universidade existem, pelo menos, dois tipos diferentes de beneficiários desse bônus”, informa a diretora da Adufrgs/Sindical Maria Luiza Ambros Von

Holleben.

Acontece que em 2006 foi criada uma nova classe de professores, a de Associado. Uma nota técnica do Ministério da Educação (MEC) orientou as Universidades para que considerem nova classe para calcular os benefícios tanto para Adjuntos como para Titulares. Com isso o valor referente aos artigos 192 e 184 ficou menor. Apesar disso, algumas universidades mantiveram a concepção original da diferença entre rendimentos, e incluem no cálculo, além de VB e GAE, as novas gratificações e retribuições que os docentes passaram a receber depois de acordos recentes.

Em fevereiro de 2009, a Ufrgs não pagou esta gratificação sobre a Retribuição por Titulação (RT), o que prejudicou os mestres

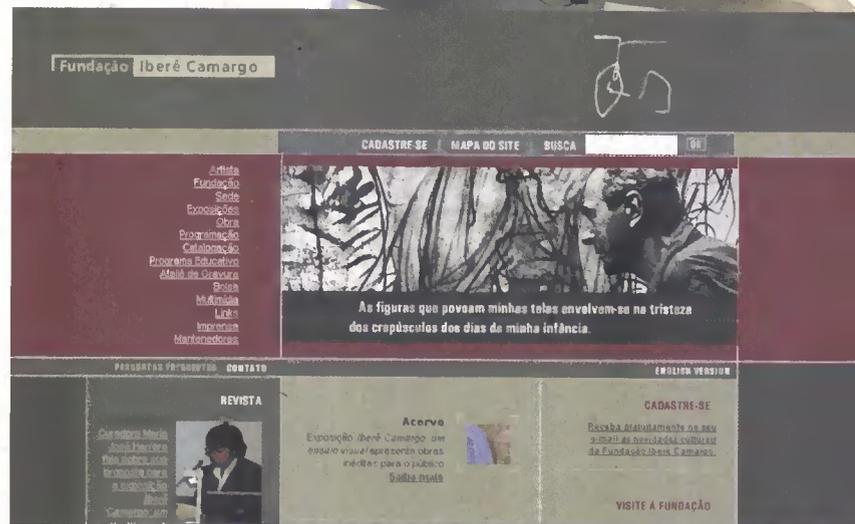
e, especialmente doutores, cuja base de cálculo diminuiu bruscamente. “Em alguns casos houve redução salarial”, denuncia o presidente da Adufrgs/Sindical, Eduardo Rolim de Oliveira. O Sindicato, em conjunto com o Proifes, incluiu o tema na Mesa Técnica de discussão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). “Já houve a primeira reunião.

Acreditamos na negociação e por isso esperamos avanços sem que tenhamos que recorrer a outras medidas”, avalia Maria Luiza. Segundo Rolim, a nova rodada acontecerá na segunda quinzena de abril e que antes de maio deve haver uma solução, ainda que provisória. “Mas nossa luta é para que isso seja decidido o quanto antes para que não haja prejuízo dos docentes federais”, conclui. (A)

## www.iberecamargo.org.br

*Site* da Fundação Iberê Camargo, criada em 1995 com o objetivo de preservar e divulgar a obra do prestigiado pintor brasileiro. Além de aproximar o público deste que é um dos grandes mestres da arte no século 20, a instituição procura incentivar a reflexão sobre a produção artística contemporânea. Na página eletrônica é possível encontrar uma breve biografia do artista gaúcho – que morreu em 1994, aos 79 anos, deixando um acervo de mais de sete mil obras – informações sobre exposições, programação cultural e *links* que dão acesso direto a *sites* de fundações culturais, escolas de artes e museus do mundo inteiro.

Na seção Multimídia, o internauta encontra quebra-cabeças para montar digitalmente, além de *podcasts*, vídeos, papéis de parede e descansos de tela. Através do *site* é possível fazer uma visita virtual pela nova sede, localizada às margens do Guaíba, na zona sul da capital gaúcha. Há ainda notícias e artigos atualizados. E quem quiser receber gratuitamente por e-mail as novidades culturais da Fundação, basta cadastrar-se pelo *site*.



Oscar Niemeyer



Fundação Oscar Niemeyer



Pesquisa e Documentação - Sede



Espaço Oscar Niemeyer



Casa das Canoas

Press Release - RELAÇÃO DOS PROJETOS DE OSCAR NIEMEYER

## www.niemeyer.org.br

Vida, obra e bibliografia do mais famoso e premiado arquiteto brasileiro estão no *site* da Fundação Oscar Niemeyer. A página disponibiliza centenas de informações sobre o homem que projetou Brasília, hoje com 102 anos, sobre os acervos, bibliotecas e espaços que compõem a Fundação. Na seção Casa das Canoas, é possível visualizar por diversos ângulos a construção projetada por Niemeyer em 1951, para sua moradia e da família, e considerada um dos mais significativos exemplares da arquitetura moderna brasileira.



encontros  
com a História da  
**ARTE**

## www.encontroscomarte.com

Página eletrônica do projeto cultural Encontros com Arte, idealizado pelas professoras Clarisse Linhares e Mylene Rizzo, que inclui cursos, viagens e palestras sobre arte. O *site* traz dicas de filmes e exposições, artigos e imagens, além de informações sobre os cursos ministrados e as viagens culturais promovidas pela equipe do Encontro com a História da Arte.



336 páginas  
R\$ 49

### O homem que roubou Portugal

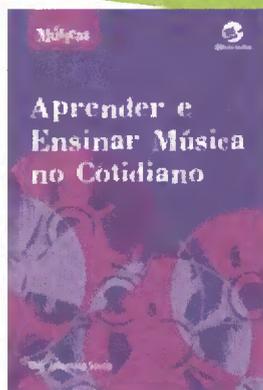
A história do maior golpe financeiro de todos os tempos

Murray Teigh Bloom\*

Jorge Zahar Editor

Em 1924, Artur Virgílio Alves Reis, um comerciante português falido, trama sozinho o maior golpe financeiro de todos os tempos. Em dois anos se tornaria o homem mais rico e poderoso de seu país. O que parecia um plano com pouca eficácia de um homem com muita imaginação, acabou causando problemas macroeconômicos. Desde o grande terremoto de 1755, Portugal não sofria abalo econômico tão profundo. O autor narra, com ares de romance policial, desde o momento da elaboração do golpe até o julgamento dos réus, em 1930. Nas audiências finais, Alves Reis contou ainda com uma presença ilustre entre os ouvintes da plateia: o poeta Fernando Pessoa, curioso em assistir a sua defesa. Traz, em anexo, a transcrição das anotações de Fernando Pessoa no último dia do julgamento

\* Jornalista e escritor norte-americano de grande renome, nasceu em Nova York em 1916. Foi fundador e presidente da Associação Americana de Jornalistas e Autores. É autor de diversos livros, alguns adaptados para o cinema e o teatro.



287 páginas  
R\$ 37

### Aprender e ensinar música no cotidiano

Jusamara Souza (organizadora)

Editora Sulina

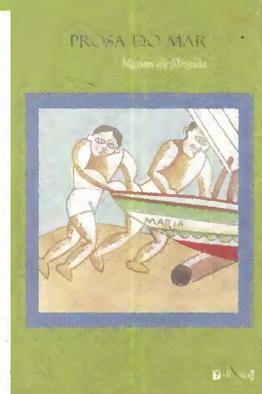
Os textos aqui reunidos visam a compreender uma educação musical que se faz de uma maneira difusa no cotidiano. Por que a música é tão importante para as crianças e os jovens? Como eles utilizam os meios de comunicação para aprender e compartilhar músicas? A preocupação em discutir essas questões, nesta obra, é oriunda do Grupo de Pesquisa e Estudos Educação Musical e Cotidiano, que atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

90 páginas  
R\$ 25

### Prosa do Mar

Marlon de Almeida

Editora 7 Letras



Segundo Fabrício Carpinejar, "era curiosa a ausência de poemas sobre o litoral sul do Brasil, extensão litorânea do Rio Grande do Sul a Santa Catarina. Marlon fecha essa lacuna, solta as redes com os marisqueiros, reunindo, num tom de fala rimada, a ênfase do cordel, o balanço da música popular brasileira (Dorival Caymmi, Paulinho da Viola, Caetano Veloso) e uma tradição metafísica da poesia ocidental a partir de infusões de pensamento (Cecília Meireles, de Mar Absoluto, e Saint-John Perse, autor de Amers)".

# A tinta secou

Sem dinheiro para divulgar o evento nem para premiar seus participantes, o Salão Internacional de Desenho para a Imprensa chega à sua 17ª edição graças ao esforço da Grafar

por Naira Hofmeister

Tudo foi pensado com um objetivo fundamental: economia. A 17ª edição do Salão Internacional de Desenho para a Imprensa (Sidi), que acontece entre os dias 19 de março e 26 de abril na Galeria dos Arcos, está reduzida. A começar pelo número de trabalhos selecionados. Na edição anterior, mais de 100 desenhos foram expostos – o que já representou uma redução. Em 2009 são apenas 70 obras. “Não há espaço para expor”, lamenta o humorista e integrante do júri de seleção, José Guaraci Fraga.

Acontece que até 2006, cada um dos arcos da principal galeria da Usina do Gasômetro recebia quatro ou cinco desenhos. “Isso poluía a exposição. Hoje a mostra está mais qualificada, mais arejada”, justifica a coordenadora de Artes Visuais da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, Ana Pettini. Mas é principalmente no quesito finanças que o Salão encolheu. A premiação que já foi de R\$ 2000 foi cortada pela metade. Havia catálogos impressos, mas desde 2005 o registro do evento é feito através de um CD. E os participantes das duas últimas edições serão unificados numa única mídia. “Estamos lançando a cada dois anos porque diminui o custo da licitação”, revela Ana Pettini.

Divulgação então, nem pensar. Ainda mais nos moldes dos salões pioneiros, cujo material era feito em três línguas. Até os custos com correio foram reduzidos e na atual edição, o Sidi recebeu a maior parte das inscrições via e-mail. Essa foi a forma

encontrada para evitar o gasto com devoluções das obras, bastante alto especialmente considerando os participantes internacionais. Ana Pettini se esforça para ver o lado bom da coisa. “É ambientalmente correto”, define. Apesar disso, ela admite o problema. “Houve um tempo em que a verba anual da coordenação era de R\$ 1,5 milhão. Para 2009 nossa previsão é de apenas R\$ 180 mil”, lamenta. Por essas e outras, Ana sugere a realização do Sidi a cada dois anos. “Seria um gasto e um desgaste menor”, conclui.

Em 2004, a lei municipal 9622 instituiu o Salão Internacional de Desenho para Imprensa no calendário oficial de Porto Alegre. “É o único evento com uma lei que garante sua realização”, comemora Eugênio Neves, representante dos Grafistas Associados do Rio Grande do Sul na organização do evento. A redação dos artigos determina a anualidade do Sidi, mas não uma verba específica para sua realização. “Já está complicado agora, mas se esgaçarmos o tempo para dois anos, inviabilizará”, teme o desenhista.



**SALÃO  
INTERNACIONAL  
DE DESENHO  
PARA IMPRENSA**

## Graças à Grafar

Desde sua primeira edição, em 1993, o Salão Internacional de Desenho para Imprensa tem o apoio dos Grafistas Associados do Rio Grande do Sul (Grafar). Mas diante das dificuldades financeiras da coordenação de artes visuais, a entidade assumiu um papel protagonista. Além de ter um coordenador que trabalha o tempo todo com o pessoal da Prefeitura, é a Grafar quem bola o cartaz da mostra, faz a divulgação do edital, determina o



artista homenageado. "E já estamos criando uma página virtual", anuncia o Eugênio.

Os jurados – de seleção e premiação – também são indicados pela entidade. Houve um tempo em que Sampaolo, Millôr Fernandes, Paulo Caruso ou Belchior eram trazidos para avaliar os trabalhos inscritos. Sem grana para cachês, passagens aéreas e hospedagem, o corpo de jurados também ficou restrito aos artistas locais. "Quando se fala em artes visuais no Rio Grande do Sul, a área com maior destaque internacional é o cartum", revela Eugênio, citando que diversas homenagens ao longo das edições couberam aos desenhistas gaúchos – Santiago, Edgar Vasques, Aníbal Bendatti e até Xico Stockinger.

### Peneirão das artes gráficas

"Muitas coisas mudaram na cultura em Porto Alegre. Falta percepção de que é importante fazer investimentos", critica Eugênio. Sofrendo de falta de prestígio dentro da própria Prefeitura Municipal, o segundo mais antigo salão de humor do Brasil perde sua importância e repercussão. "O Salão Internacional de Desenho para Imprensa está se esvaziando", confirma o integrante do júri de seleção, José Guaraci Fraga. De fato, de um ano para o outro, a diferença entre o número de inscritos é de mais de uma centena e meia. Em 2008 foram 287 obras, enquanto a 17ª edição recebeu 158 trabalhos.

A qualidade dos desenhos também está decrescendo. "Tivemos dificuldades em selecionar boas charges", revela Fraga, sublinhando que em compensação o conjunto de caricaturas estava "excelente". Isso pode

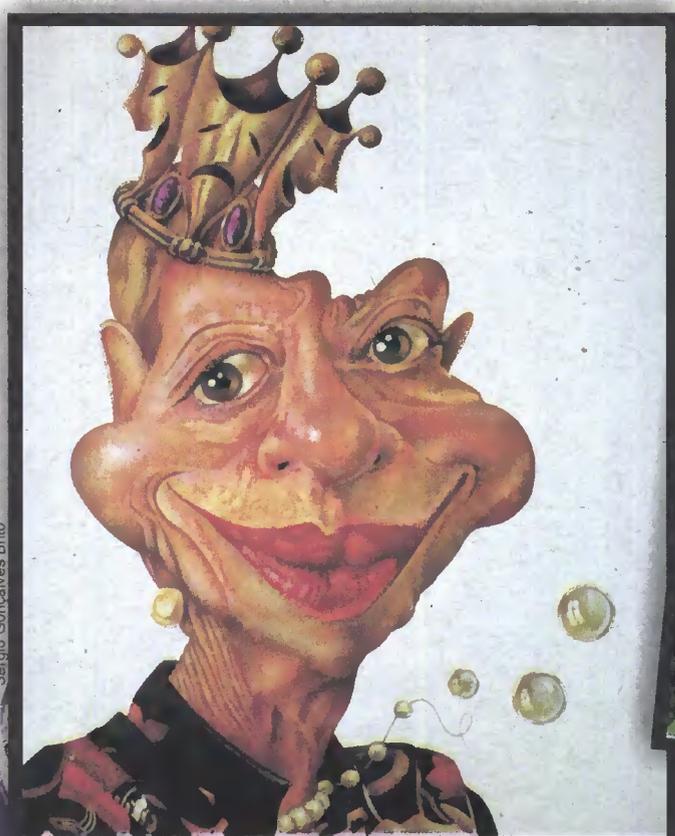


José Aguiar

ser explicado pelo baixo valor da premiação. Os artistas já consagrados guardam seus inéditos para eventos similares, que pagam melhor. "O de Piracicaba paga R\$ 5 mil. Houve um, em Foz do Iguaçu que ofereceu R\$ 21 mil", compara Eugênio.

Assim o Sidi acaba sendo uma espécie de peneirão das artes gráficas. "É a possibilidade de novos artistas se revelarem", lembra Ana Pettini, que destaca o surgimento de novos núcleos de humoristas gráficos em Caxias e Santa Maria, consequências do Sidi.

Eugênio acredita que poderia ser melhor – "Fizemos adaptações para manter o salão funcionando" – mas admite que no momento não há muitas opções. "A coordenação faz tudo o que pode. É um problema de quem tem poder e não valoriza", lamenta. (A)



Sérgio Gonçalves Brito



Ray Costa

## Alteração provoca polêmica

Uma confusão nas regras de participação irritou os jurados. É que o regulamento do evento deixa claro que não seriam aceitos trabalhos selecionados ou premiados em edições anteriores. Mas a orientação dada ao corpo de avaliadores foi de que os artistas premiados é que não poderiam concorrer novamente. "É injusto um artista ser barrado porque foi premiado antes. E além do mais, colabora para a perda de qualidade da competição", critica o desenhista Eugênio Neves, da Grafar.

## Categoria específica

O Salão Internacional de Desenho para a Imprensa é o único em todo o Brasil que possui a categoria de Ilustração Editorial. "Premiamos capas de livros ou discos e desenhos publicados em reportagens de revistas ou jornais", esclarece a coordenadora de Artes Visuais de Porto Alegre, Ana Pettini. Além dessa, outras quatro categorias são premiadas: Charge, Cartum, História em Quadrinhos e Caricatura. "A importância desse evento é justamente a sua amplitude", elogia Eugênio.

## Uma mulher homenageada



Arquivo de Família

Num reduto dominado pelos homens, a homenagem do Salão Internacional de Desenho para a Imprensa em 2009 será para a austríaca Roswitha Wingen-Bitterlich. Ela fez carreira na Europa, mas depois da 2ª Guerra Mundial decide emigrar para o Brasil. Morando em Porto Alegre, passa a ilustrar coletâneas. Pela Editora Globo lançou, por exemplo, Contos de Andersen (desenhos e aquarelas) e Contos de Grimm (xilografuras). A artista continua vivendo em Porto Alegre aos 89 anos.

## Gafe interna

Na página virtual da Secretaria Municipal de Cultura, o Sidi é equivocadamente apresentado como um evento do Atelier Livre da Prefeitura. "Um dos principais objetivos do Salão é a profissionalização dos alunos, o que envolve etapas como preparação de portfólio, fotografia dos trabalhos, apresentação da obra e adequação da proposta para o espaço expositivo", anuncia o site. Na parte histórica, mais uma confusão. "Nas primeiras edições, o Salão era exclusivo para alunos do Atelier, e o aluno premiado recebia isenção da matrícula para o próximo semestre e uma exposição no Espaço Alternativo do AL".



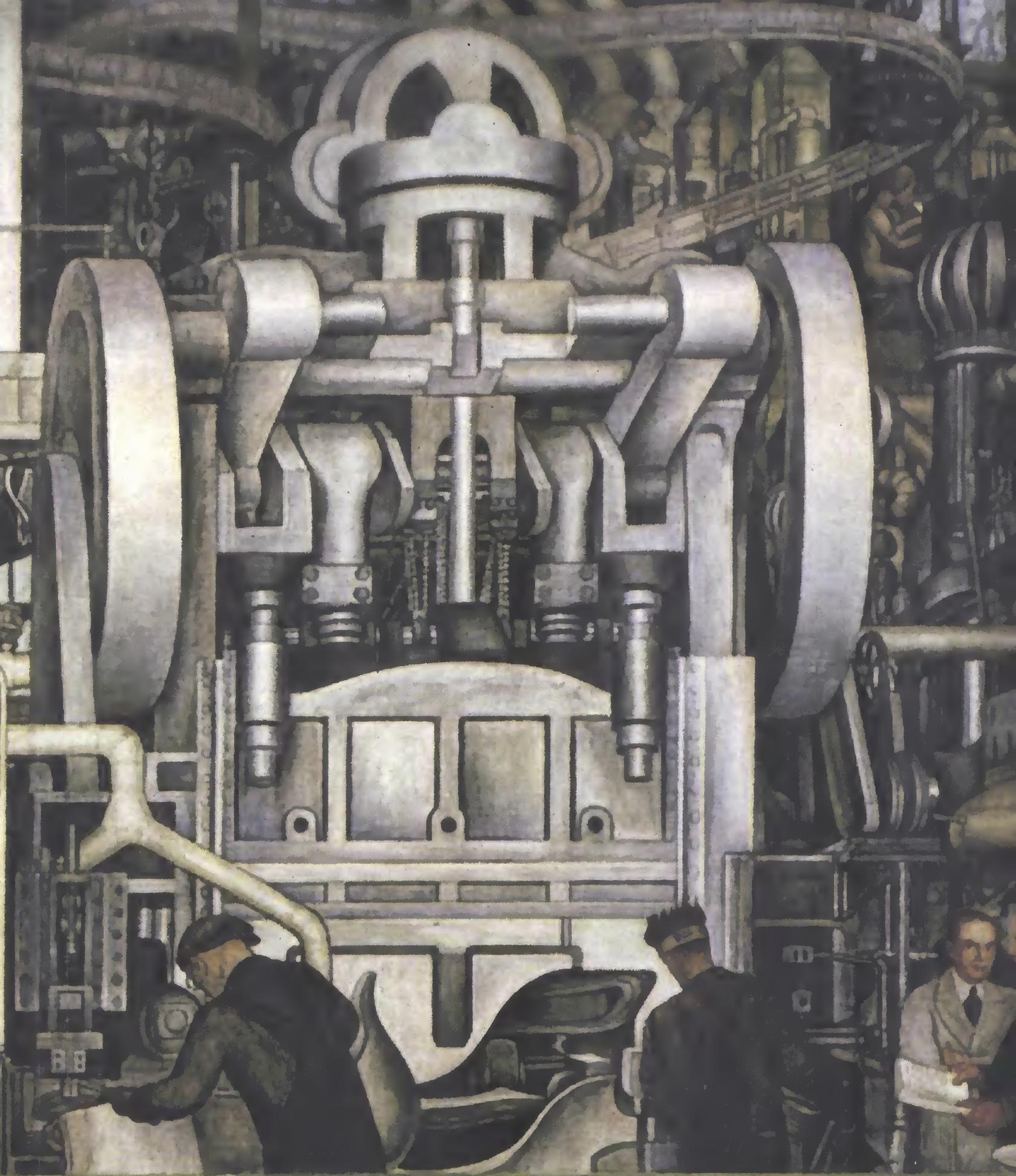
Ilustrações: Roswitha Wingen-Bitterlich



Foto: Marcello Casal Jr/ABr

# 2007

Ato marcou os 10 anos do assassinato do índio Galdino dos Santos, da etnia Pataxó Hãhãhãe. No local onde o pataxó foi morto, manifestantes ergueram um monumento em sua homenagem. Em 20 de abril de 1997, cinco rapazes de classe média de Brasília atearam fogo no índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, 44 anos, que dormia em uma parada de ônibus na Asa Sul, bairro nobre da capital Federal. Ele havia chegado a Brasília no dia anterior, 19 de abril, Dia do Índio, onde participou de várias manifestações pelos direitos dos povos indígenas.



**ADufrgs**  
sindical